

Pró desenvolvimento do «cine» nacional

Breve palestra com um funcionario da Inspeção Geral dos Teatros

*Impõe-se o auxilio do Estado para que a Arte
Cinegrafica portugueza se fomente — Proteger
uma industria, não é criar monopolios.*

Ia o jornalista, Ministerio do Interior, escada acima, quando se lhe deparam as instalações da Inspeção Geral dos Teatros, repartição que Garrett se lembrou de crear em 1864 e que depois de morto, Augusto Gil fez resurgir para agora lhe darem novo rumo.

E' o chefe do Gabinete Dr. Mira Mendes e o Capitão Oscar Neto de Freitas que dirigem os serviços. O que teem feito é curioso. Mas o que interessa é o que pensam de cinema naquela casa.

— Olhe, — diz-nos um funcionario — isto de cinema nacional vae mal. — A não serem os serviços graficos do Exercito não ha empresas.



o Silva
da «Mão Enluvada»

O cinema peca, precisamente nos mesmos pontos de que certo teatro... conta-se com a bilheteira e de ahí a falencia. Temos entusiastas, temos muitos cinegrafistas que pretendem trabalhar, dando-lhe nós garantias de tal ordem que até eu me metia no negocio. Que a inspeção protega está bem, mas proteger não é dar monopolios, não é obrigar as fornecedoras a ficar com tudo o que se lhe apresente.

Todos os portuguezes teem talento e nenhum ha que não tenha qualidades para rivalisar com o melhor que lá fora há e de ahí o mal do cine, o mal de todos nós.

O Gabinete obriga todos os cinemas a levarem, em estreia, semanalmente, cem metros de fita portuguesa.

Contribuirá isto para o resurgimento de uma industria que nunca surgiu e que apenas tem parasitado? Creio que não.

E porquê? Porque me parece bem que a não serem quatro ou seis maduros que fazem fitas... não vamos alem dos cem metros. E' triste.

— ¿ Como pode surgir uma arte cinematografica em Portugal? Assim: Indo ao estrangeiro buscar mestres de tudo.

Não temos encenadores, não temos artistas, nada temos.

Penso eu que o caso se pode arrumar do seguinte modo:

O Estado, pela Inspeção, concede a quaesquer empresas estrangeiras ou nacionais, autorisação para se instalar em Portugal.

Isenta de direitos todo o material que fôr necessario para a montagem de «studios». Isenta de impostos, durante cinco anos as empresas que se constituam e que se obriguem a um certo numero de coisas.

Por exemplo: A contratar 75 0/0 do pessoal entre portuguezes e a produzir anualmente X metros da pelicula.

O Estado facilitaria tudo o que fosse possivel e tinhamos alguma coisa feita.

De resto deixem de sonhar com a arte cinegrafica de Portugal que, por enquanto, é uma balela.

A palestra terminou, ficando assim registado nestas colunas um interessante alvitre a ponderar pelo Governo. Com o auxilio do Estado, apontado acima, o desenvolvimento da industria cinematografica seria um facto, constituindo para o paiz uma grande fonte de receita, porque alem de sêr uma industria de grande rendimento, é ao mesmo tempo, um admiravel réclamo da beleza natural da nossa terra, com o que muito aproveitaria o turismo.